



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

SEMINÁRIO MONOGRÁFICO

**IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR NO PERÍODO
DO PRIMEIRO GOVERNO DE JOSÉ JOAQUIM SEABRA, 1912-1916**

SALVADOR

MARÇO DE 2003

JOYCE KELLY MENDES RIBEIRO

**IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR NO PERÍODO DO
PRIMEIRO GOVERNO DE JOSÉ JOAQUIM SEABRA, 1912-1916**

Monografia apresentada a
Universidade do Estado da
Bahia como requisito parcial
para obtenção do título de
Bacharel em Urbanismo.

SALVADOR

MARÇO DE 2003

JOYCE KELLY MENDES RIBEIRO

**IDEAIS DE CIVILIZAÇÃO NA CIDADE DO SALVADOR NO PERÍODO DO
PRIMEIRO GOVERNO DE JOSÉ JOAQUIM SEABRA, 1912-1916**

Monografia apresentada a
Universidade do Estado da
Bahia como requisito parcial
para obtenção do título de
Bacharel em Urbanismo.

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Orientador – André Luis Cardoso Santos
Prof. Msc. – Maria das Graças Lima de Souza Palácios
Prof. Esp. – Ângela Oliveira Belas

**SALVADOR
MARÇO DE 2003**

AGRADECIMENTOS

À minha família maravilhosa, que está sempre ao meu lado,
À Flávio por estar sempre disposto a ajudar, é um grande companheiro,
À minha amiga Maíra, muito querida,
À Vanessa, por ter me ouvido e atendido quando precisei,
Ao Professor Francisco Ulisses, o pai deste trabalho,
Ao meu orientador André, por sua sabedoria, paciência e dedicação,
Às professoras Palácios e Eline por suas ricas sugestões,
Aos professores Ney Castro, Climaco e Luis Antônio, vocês iluminaram meu caminho,
Por fim a Deus por ter me dado força para chegar aqui.

SUMÁRIO

Introdução	7
1. Referencial Teórico: Paris e Rio de Janeiro, casos de modernização	15
2. A cidade do Salvador e os Ideais de Civilização – Contexto e caracterização.	17
2.1- Economia	20
2.1.1- Atividades Econômicas	22
2.2- Política	24
3. O primeiro governo de José Joaquim Seabra e suas intervenções – Salvador no contexto de Seabra.	27
4. Serviço Urbano – Limpeza Urbana	35
5. Quem vive na cidade	37
5.1- Maus Hábitos das pessoas da cidade	43
6. Considerações Finais	48
Referências Bibliográficas	51

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa topográfico da cidade de Salvador e seus subúrbios	19
Figura 2. Porto da Barra	21
Figura 3. Fachada do Palácio do Congresso	26
Figura 4. José Joaquim Seabra	27
Figura 5. Palácio Rio Branco	28
Figura 6. Inauguração do Porto da Barra - 1913	28
Figura 7. Projeto para abertura da Av. Sete de Setembro. Salvador (1912-1916) 30	
Figura 8. Distrito da Vitória	31
Figura 9. Demolição da Igreja de São Pedro Velho para abertura da Av. Sete de Setembro.	32
Figura 10. Projetos das intervenções propostas no Governo de J. J. Seabra	34
Figura 11. Cena Urbana: Casamento em Salvador	37

Introdução

As idéias de modernização podem ser reconhecidas no Brasil desde o século XIX. Suas primeiras manifestações ocorreram no império, com os investimentos na construção de ferrovias, no sistema portuário, com o aparecimento incipiente de indústrias e com a lenta urbanização de algumas cidades, que receberam melhorias em termos de transporte, iluminação, abastecimento de água (COSTA, [s/d], p. 214-215).

Porém o contexto mais propício ao empreendimento das reformas modernizadoras das cidades foi aquele que se teve logo após a instalação da República, dado que o novo regime permitiu a articulação direta, e sem a intermediação federal, das elites dirigentes regionais com as instituições de crédito e financiamento estrangeiro. Desta forma, nas décadas iniciais do século XX, a urbanização e os melhoramentos materiais, enquanto aspirações modernizadoras, alastraram-se por diversas capitais do país, entre elas Recife, Belém, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (PINHEIRO, 1992, p. 1).

No contexto em referência, as cidades se tornaram objeto de análise dos mais variados segmentos da sociedade, como profissionais técnicos (a exemplo de engenheiros e sanitaristas), jornalistas, intelectuais, estrangeiros (diplomatas, banqueiros, comerciantes e empresários), entre outros. As discussões sobre as necessidades de reformas urbanas foram desencadeadas, no entanto, por higienistas, sanitaristas e médicos, os quais faziam duras críticas às más condições de salubridade e higiene das cidades. Tais condições foram apontadas como causadoras da disseminação de várias epidemias, além disso, eram consideradas prejudiciais aos interesses econômicos da nação.

Enquanto centros políticos, comerciais, financeiros, administrativos e culturais, em amplitude regional ou nacional, as capitais brasileiras deveriam ser um espelho de civilidade e de progresso pretendido para o país. A insalubridade, que era uma característica marcante na maioria delas, não condizia com as aspirações das

elites dominantes. Esta situação desestimulava negócios e investimentos estrangeiros, impedindo o livre desenvolvimento capitalista nacional.

Além de causar danos aos negócios, tal estado de coisas envergonhava a cidade e seus habitantes diante dos olhares dos estrangeiros, que formavam, sem dúvida, uma imagem extremamente negativa dela. Por isso, era preciso realizar reformas que a tornassem mais digna e atraente para seus visitantes; reformas que pudessem atrair investidores internacionais, que trariam não somente capitais, mas a visão civilizadora, própria das nações mais adiantadas e progressistas.

Nas cidades a questão da saúde fora profundamente agravada pelo crescimento demográfico ocorrido. Lentamente em alguns casos, mais acelerado em outros, tal crescimento não foi acompanhado por um planejamento urbano que tivesse a intenção de adequá-las à demanda populacional crescente. Herdando a estrutura do período colonial e tendo que absorver um progressivo contingente de habitantes, as cidades, nas circunstâncias tratadas aqui, tornaram-se um manancial de problemas, os quais favoreceram à propagação de epidemias. Dentre eles estão: as ruas estreitas, impedindo a livre circulação de ar e a penetração da luz; a carência de moradias, provocando a proliferação de cortiços e outros tipos de habitações populares insalubres; a inexistência de um serviço de abastecimento de água e captação de esgotos eficientes e extensivos a todo o perímetro urbano.

A grave situação em que se encontrava o sistema de saúde das cidades requeria um projeto higienizador urgente, o qual se procurou efetivar seguindo três orientações. Primeira, a implantação de uma política que agia combatendo diretamente os agentes naturais causadores das moléstias, dando assistência aos doentes e criando instituições voltadas para o atendimento e a prevenção de enfermos. Segunda, a intervenção, por meio das reformas, na estrutura física das cidades. Terceira, a implantação de uma campanha de controle e modificação dos hábitos, costumes e modos de comportamento dos habitantes das cidades, especialmente as camadas populares.

Se o projeto higienizador, inicialmente, direcionou suas ações para os problemas relacionados à estrutura urbana e para a qualidade das habitações, não tardou em se preocupar com os hábitos da população, assumindo uma dimensão social. Ele implicou em “ações simultâneas em três planos: o do espaço público, o do espaço privado e o do modo de vida” (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 61). Buscou regularizar as habitações, passou a invadir a vida familiar e procurou “*estruturar comportamentos individuais e coletivos*” (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 61). Havia o objetivo de se controlar o modo de vida das classes populares, que com seus maus costumes contribuía para a situação de insalubridade da cidade.

As tentativas de controle do modo de vida e de moralização do comportamento das classes populares foram defendidas segundo os pressupostos idealizados pela sociedade brasileira e pela elite burguesa dominante. De acordo com essas elaborações, as práticas populares eram vistas como incivilizadas, enquanto o projeto elaborado pelas elites intencionava um mundo com estilo europeizado. Podemos acrescentar que alguns radicais idealizavam e pregavam o melhoramento da raça brasileira por meio do seu branqueamento progressivo, visto que as influências africanas e indígenas tornavam os brasileiros um povo de qualidade inferior quando comparados aos europeus (VENTURA, 1991, p. 55-68).

As aspirações das elites com referência à civilização e modernização podem ser assim sintetizadas: 1) atitudes racionalizadas, moralizadas e cultas; 2) adoção de padrões culturais europeus; 3) reformas que permitissem a implantação de uma nova estética e a introdução de modernas tecnologias, tais como a abertura de avenidas e o alargamento de ruas, criação de áreas verdes e de lazer, novas edificações e embelezamento da cidade (PINHEIRO, 1992, p. 8). Aspirava-se principalmente ao modelo urbano das cidades européias – especialmente Paris, que após as reformas empreendidas pelo Barão de Haussmann quando prefeito da cidade, na segunda metade do século XIX, se tornara o paradigma em se tratando de exemplo de urbanização bem sucedida.

Identificadas com o passado colonial, e por isso criticadas, as cidades brasileiras passaram por reformas, as quais em muitas circunstâncias, desconsideraram todo o peso da sua história. Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora. Sempre que se mostrou necessário, os trechos mais antigos das cidades foram inteiramente destruídos e transformados, dando lugar às novas construções, então erguidas seguindo os modelos idealizados pelas elites e em perfeita harmonia com os novos estilos arquitetônicos.

Portanto, estas eram a característica do processo de modernização e civilização das cidades: a sua tendência demolidora, destruidora de tudo que fosse tomado por velho ou associado ao antigo. Renegava-se todo e qualquer legado arquitetônico e cultural do passado que pudesse representar um elemento de atraso em comparação às idealizações elaboradas por segmentos das elites; bem como tudo que constituísse um entrave ao avanço do almejado progresso, que vinha abrindo as suas asas sobre todas as nações civilizadas. Neste sentido, um bom exemplo é Salvador, onde os *“órgãos de imprensa, as lideranças políticas e administrativa e as elites foram os responsáveis pela divulgação da idéia que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo”* (PINHEIRO, 1992, p. 39).

Dentro de uma perspectiva destruidora, a experiência civilizadora e modernizadora transcorria em inúmeras cidades do Brasil, enquadrava-se perfeitamente no espírito de modernidade descrito por Berman (1992, p. 26) para quem *“ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que sabemos, tudo o que somos”*.

Inserida neste contexto, a cidade, cada qual, vivenciou a modernidade que fora possível. A intensidade e os limites da modernização mostravam-se proporcionais ao estágio de desenvolvimento atingido, ou melhor, dependiam das condições

econômicas, sociais, políticas e culturais dos locais onde ela se dava. Certamente o Brasil, na situação de país periférico ao sistema capitalista, não passou pela experiência da modernidade do mesmo modo que os países industrializados europeus. Salvador, cidade que comparativamente, tinha uma projeção apenas intermediária no cenário nacional, não poderia tê-la vivenciado do mesmo modo como ela ocorreu no Rio de Janeiro, o mais destacado centro brasileiro do período.

O ideal civilizador, modernizador, progressista tinha na cidade, relativamente aos melhoramentos físicos, um dos principais objetos para a sua concretização e efetivação. Tendo se iniciado pela remodelação, ele se alastrou, exercendo a sua ação sobre todos os aspectos da vida. As reformas urbanas modernizadoras deveriam cumprir um objetivo pedagógico sobre os habitantes da cidade, de modo que as exposições públicas da nova civilidade por meio dos melhoramentos materiais pudessem ser internalizadas pelas pessoas, influenciando-as. Os habitantes citadinos passariam então a se orientar pelos bons exemplos que elas (as reformas) representavam (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 27), abandonando então certos hábitos ruins que serviam para contradizer ou negar a civilização. Tem-se nisso mais uma das razões das reformas urbanas, ela seria um princípio educador de todo um programa civilizador que se iniciava, devendo ser copiado por todos na maneira de se proceder cotidianamente.

A responsabilidade ou encargo da condução do processo modernizador da cidade, no que diz respeito tanto às reformas físicas quanto aos aspectos referentes à ordem social, ficou por conta do poder público federal, estadual ou municipal, quando não estiveram articulados entre si. Este fato permite concluir o desenvolvimento da esfera pública, o qual na sua atuação, se sobrepôs, muitas vezes, ao domínio privado. As interdições de casas consideradas insalubres por órgão de saúde pública demonstravam este fato.

O Rio de Janeiro foi o propulsor deste fenômeno no Brasil. Marcando o início efetivo da nova urbanização no país. Durante a gestão do prefeito Pereira Passos,

entre 1902-1906, ocorreu o momento do maior impulso reformista carioca, com a cidade conhecendo uma transformação radical do seu espaço. Para tal acontecimento existiu o apoio do Presidente Rodrigues Alves, que patrocinou o projeto modernizador da cidade através de enormes investimentos do seu governo. Passos, por sua vez, quando jovem tivera a oportunidade de assistir *in loco* a modernização de Paris dirigida pelo Barão de Haussmann, tomando-a como fonte de inspiração das suas reformas.

A partir de então, o Rio de Janeiro tornou-se o paradigma nacional de modernização urbana civilizadora bem sucedida, disseminando-se pelas demais capitais a mesma aspiração.

Salvador, também foi palco de grandes reformas, que seguiram os moldes gerais traçados anteriormente. A intenção deste trabalho é justamente abordar alguns aspectos específicos da modernização efetuada na cidade, naquele que foi o seu mais significativo momento: o contexto de 1912-1916, período do primeiro governo de José Joaquim Seabra à frente do Estado da Bahia. A dimensão das obras e o impacto que elas tiveram sobre a cidade foram coisas jamais vistas, justificando-se, por si só, a importância da realização deste estudo.

Na abordagem da modernização de Salvador, existe uma valorização das percepções e noções desenvolvidas em torno da cidade, que ficaram registradas nos jornais, principalmente para se obter informações mais realistas e detalhistas sobre a história cultural, e melhor conhecer os atores sociais naquilo que imaginam ou desejam ser. A visão formada de Salvador foi muitas vezes condicionada pelas idéias que se tinha daquilo que representava ser civilizado ou que correspondia à civilização. As diversas transformações por que a cidade deveria passar, tanto na sua ordem material e infra-estrutural quanto na social e cultural, foram comumente pensadas em termos civilizatórios. Buscando-se as conotações, os sentidos que assumiam as expressões civilizar, civilizado, civilização, civilidade chega-se a uma idéia de cidade, sobretudo quando se contrapõe o ideal imaginado para ela à sua realidade cotidiana.

Neste ponto, pode-se definir mais precisamente os objetivos deste trabalho: compreender as idéias de civilização atrelada às intervenções urbanas que se aspiravam para a cidade; bem como verificar o alcance mais imediato obtido por tais projeções civilizadoras, pensadas em suas várias dimensões, no período de 1912-1916. Dentro disso, pretende-se, observar se tais reformas modernizadoras poderiam ser uma forma de ensinamento para a população, a partir do momento em que os aspectos físicos estavam ganhando um novo panorama, uma nova visão.

Finalmente, é intenção deste trabalho, abordar aspectos da modernização efetuada na cidade, tais como: dimensão das obras e o impacto que elas tiveram sobre a mesma.

Esta monografia é composta de seis capítulos. No primeiro, aborda-se a reforma ocorrida em Paris como início do Movimento Modernista, enfatizando o caso do Rio de Janeiro como propulsor deste movimento aqui no Brasil. No segundo, são observadas as condições de Salvador, o seu crescimento demográfico, a precariedade da estrutura e infra-estrutura urbana, buscando-se as motivações concretas que respaldassem os projetos de melhoramentos. No terceiro, aborda-se os passos da remodelação posta em andamento na cidade e compreender quais elementos comporiam na prática a civilização pretendida. No quarto, refiro-me ao aspecto da limpeza urbana na cidade do Salvador e seus reflexos na reforma. No quinto, despontam as cenas de *incivilidade* notadas na cidade em meio às intenções modernizadoras, as quais constituía um triste entrave em referência à civilização almejada. Discutem-se, as questões de ordem cultural e social, ou seja, os maus hábitos da população, além da difusão de miséria que infestava as ruas. No sexto e último capítulo procura-se sintetizar o conteúdo do trabalho, de forma a demonstrar a conclusão alcançada com tal estudo.

Por fim, é importante deixar registros que o interesse da autora pelo tema não se esgota no presente trabalho. Ao procurar entender à cidade e sua dinâmica, depara-se com reflexos do passado até então não estudados, com dificuldades até

então não resolvidas – talvez seja o nascimento de uma pesquisadora até então adormecida. Esta nova etapa, curiosa, descobridora e sonhadora será meu caminho. É isto que torna a História algo tão fascinante.

1. Referencial Teórico: Paris e Rio de Janeiro, casos de modernização

O termo modernismo é derivado da palavra moderno, que tem como significado uma ruptura com o tradicional, com o clássico, identificando-se com a idéia de racionalidade. O Movimento Modernista tem início no final do século XVIII e começo do século XIX, a partir do momento em que o mundo está vivenciando uma mudança no modo de produção com a Revolução Industrial. Desta forma podemos afirmar que a modernidade é resultado da transformação do modo de produção, sendo necessário transformar, ou melhor, reformar a cidade para adaptá-la à nova realidade, adequando o espaço urbano às necessidades da modernização.

Segundo Pinheiro (2002, p. 33-34) o crescimento urbano e o incremento demográfico, muito rápidos no século XIX mudam a paisagem da cidade transformando-a num ambiente caótico e desordenado, sendo necessário buscar soluções através de reflexões sobre o processo pelo qual passam.

Tais reformas tiveram início na Europa, como a realizada em Paris, sob o comando do prefeito Georges-Eugène Haussmann, também conhecido como Barão de Haussmann, durante o período de 1853-1870, que veio a influenciar numerosas outras reformas nas mais diversas cidades do mundo. Este conjunto de intervenções pela qual passou a cidade de Paris é conhecido como haussmannização, termo que reflete o elitismo da cidade. Nasce então a trilogia do movimento modernista: higiene, fluidez e estética. Ficou evidente nas reformas, a busca pela facilidade de circulação de pessoas ou de mercadorias com o alargamento das ruas e a construção de avenidas. A própria circulação do ar e da luz ocorreria de forma a contribuir com a salubridade e higiene do local. A estética ficava a cargo da construção dos grandes edifícios públicos e dos parques destinados ao lazer.

No Brasil, tais reformas urbanas tiveram início no século XX, procurando mudar a imagem das áreas urbanas a fim de adaptá-las aos novos ideais modernos e higiênicos, oriundos do avanço científico, de novas tecnologias e de novas ideologias (PINHEIRO, 2002, p. 24-25). Este processo de modernização teve início no Rio de

Janeiro, que realizou sua reforma urbana entre os anos de 1902 e 1906, buscando modernizar-se e adequar sua estrutura, transformando a capital brasileira numa cidade limpa, higiênica, salubre, bonita, burguesa, baseada nos modelos europeus. Os ideais não eram somente físicos, almejava-se que os habitantes da cidade fossem pessoas civilizadas, bem educadas e dignas da nova capital e tal comportamento seria resultado do processo de modernização pelo qual estaria passando a cidade. O movimento modernista traz em seu seio a luz da civilização para guiar os moradores da nova cidade.

Foi proclamada a República em 1889, tornando a cidade do Rio de Janeiro, o Distrito Federal, sede do Governo do Brasil. Existiu uma mudança nas relações sociais do tipo senhor/escravo para as do tipo burguês/capitalista. O trabalho assalariado é reflexo de que o país está caminhando para o novo, para o civilizado, criando-se uma nova ordem burguesa (PINHEIRO, 2002, p. 124). O Rio de Janeiro precisava acompanhar tais mudanças para que o país viesse a ser bem representado pela sua capital a ponto de ser inserido no capitalismo internacional. Tais motivos justificam a reforma realizada por Pereira Passos, prefeito da cidade entre os anos de 1902-1906.

È de extrema relevância estudar a reforma ocorrida no Rio de Janeiro para entender o período vivenciado por Salvador (1912-1916), pois como já foi dito anteriormente, tais ideais modernistas surgiram da Europa principalmente em Paris, sendo o Rio de Janeiro o propulsor dos ideais no Brasil e seguidor do *modelo* de Hausmann, buscando adaptá-lo à sua realidade, com uma forma própria de intervir no espaço urbano. A cidade do Salvador teve como influência para sua reforma urbana, as intervenções ocorridas na capital do país tomando como modelo, sendo classificado como *urbanismo demolidor*, por sua forma anticolonial, uma repulsa à arquitetura tradicional e arcaica, característica das cidades da época. As justificativas que fundamentam a remodelação da cidade do Salvador, são a salubridade, a fluidez e a estética, três grandes preocupações do período.

2. A cidade do Salvador e os Ideais de Civilização – Contexto e caracterização.

Rio de Janeiro e São Paulo, as maiores capitais do país no período em estudo, conheceram um crescimento demográfico impressionante nas últimas décadas do século XIX. Diversos foram os fatores que contribuíram para explosão populacional nas duas principais cidades do país. O Rio de Janeiro era o mais importante centro administrativo, político, financeiro, comercial e cultural brasileiro. Por isso, exerceu uma forte atração sobre contingentes de imigrantes que por aqui aportavam, bem como sobre inúmeras levas de recém libertados da escravidão. São Paulo, enquanto isso, passou a desfrutar das vantagens proporcionadas pelo fato de concentrar os negócios do café, quando o estado havia se tornado o seu grande produtor nacional. Atraía, também, muitos imigrantes, acontecimento que se acentuou nas duas primeiras décadas deste século, momento no qual a cidade conheceu um expressivo desenvolvimento industrial.

Este grande crescimento demográfico, associado a uma estrutura urbana que conheceu poucas alterações nas décadas anteriores, resultou em inúmeros problemas que comprometiam a habitabilidade das cidades. Pode-se citar entre eles, a carência de moradias, a insalubridade, a difusão de epidemias. Problemas estes agravados pela dificuldade de controle dos modos e meios de vida da maior parte da população, sobretudo os setores populares.

Salvador não teve um aumento populacional tão expressivo quanto o Rio de Janeiro e São Paulo no século XIX, mas também teve o seu crescimento, acompanhando a tendência do restante do país. Era a terceira maior cidade do país (Fig.01), ficando atrás do Rio e sendo superada por São Paulo em finais do século XIX.

Foi diante de condições de modesta urbanização, de pequenas transformações arquitetônicas e estruturais, que a cidade conheceu o seu crescimento demográfico. E um dos problemas mais graves da capital baiana, era o da saúde, onde

o caráter endêmico de muitas doenças, convertidas periodicamente em surtos epidêmicos, era mais um legado de século XIX. Desde o início do período republicano, a varíola, a peste bubônica, a febre amarela, a febre tifóide, a disenteria e o impaludismo eram visitantes costumeiros da cidade.

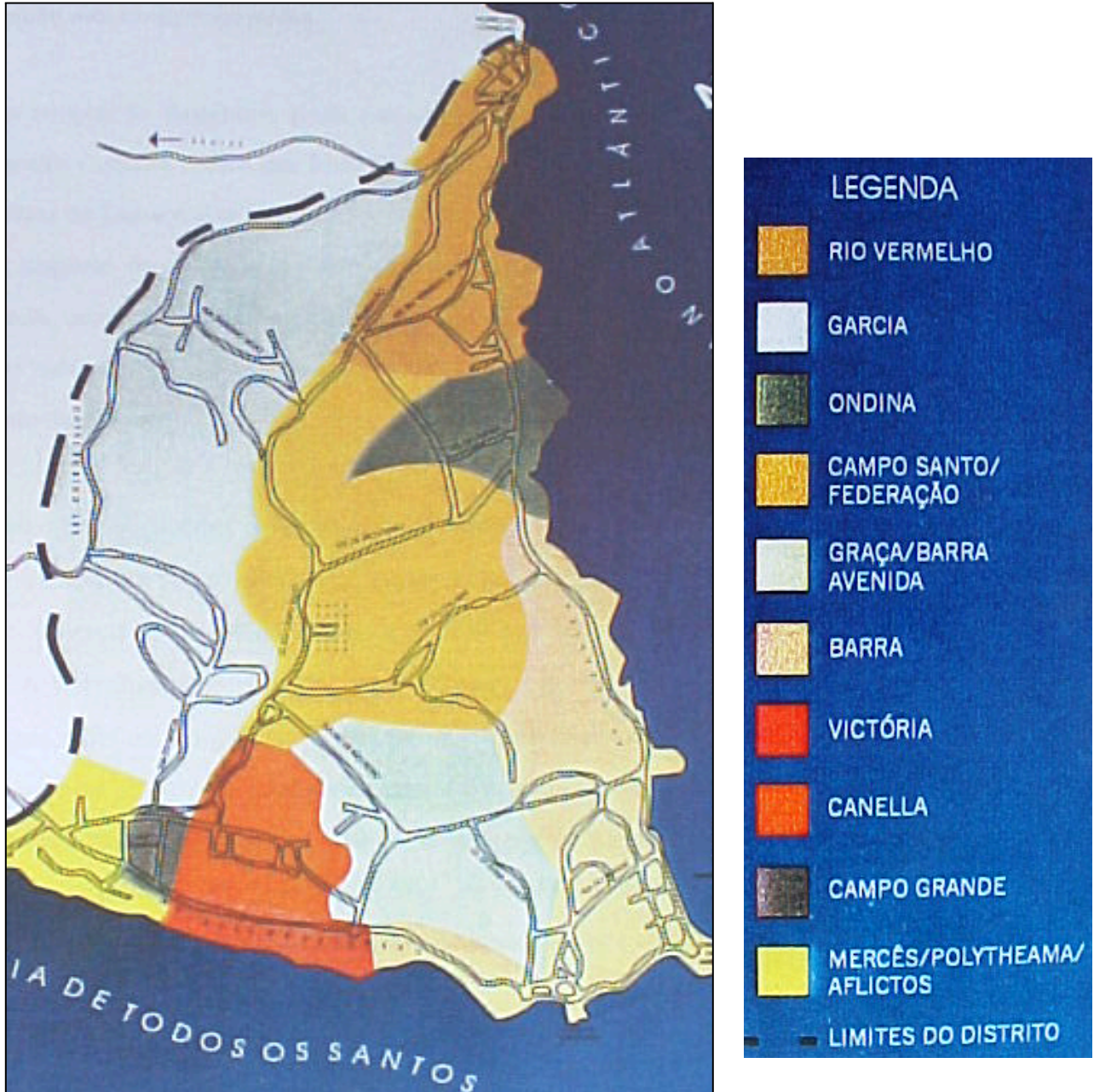
Alguns fatores estimulavam a propagação das doenças, tais como: a precária infra-estrutura existente na cidade, a insalubridade das ruas e a própria educação higiênica da população. No Império, as condições das vias públicas eram descritas como deploráveis. Na cidade baixa, as ruas não tinham canalizações nem sistema de esgoto, o calçamento era irregular e de péssima qualidade, um odor forte e desagradável incomodava as narinas dos passantes. Na cidade alta, a situação apenas melhorava um pouco, mas a má pavimentação, a falta de esgoto e de higiene, o acúmulo de lama também eram visíveis. Tal estado era agravado pela colaboração dos habitantes, que tinham o hábito de lançar as águas usadas e detritos produzidos no interior doméstico pelas janelas e portas; ou passavam com animais pelas ruas, e às vezes, até mesmo deixando-os mortos em plena via pública (LEITE, 1996, p. 27).

As ruas eram estreitas e não possuíam alinhamento. Realizava-se a construção de moradias e de demais edifícios de acordo com a mera vontade do construtor, não existindo a menor preocupação com a circulação, fosse do ar, da luz ou de pessoas. Surgiam, desta forma, ruas estranguladas, desalinhadas e mal ventiladas. Seguindo os seus caminhos, observava-se detritos e dejetos depositados em plena rua, terrenos baldios acumulando lixo e excremento de animais espalhados, devendo exalar dali um insuportável mau cheiro. O serviço de esgoto era inexistente, viam-se apenas canalizações que levavam diretamente para as ruas ou fundos das casas os detritos produzidos nos lares, escritórios e estabelecimentos comerciais (PINHEIRO, 2002, p. 186 – 188).

No tocante à habitação na cidade, a carência era marcante, faltavam imóveis suficientes para abrigar toda a população. Contribuíram para o agravamento da situação, as demolições realizadas com o objetivo de se fazerem melhoramentos

urbanos. Um outro fato eram as interdições sofridas por alguns imóveis em decorrência das suas condições de higiene e saúde, fossem em momentos de surto epidêmico a fim de conter a expansão das doenças ou fossem ocasionadas por uma política de prevenção e fiscalização, agudizavam mais o problema.

Figura 1- Mapa topográfico da cidade de Salvador e seus subúrbios
(Atualização de 1931)



Fonte: PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador).** Salvador: EDUFBA, 2002.

2.1 Economia

No que se refere à economia, Salvador conhecia uma relativa prosperidade econômica resultada do incremento das atividades comerciais. Este setor foi responsável pelo exercício de certas pressões no sentido de uma renovação urbanística e de uma modernização material. A economia baiana, no século XIX, mantivera um caráter agrário-exportador. A produção de gêneros agrícolas tropicais voltados para o mercado externo (principalmente, açúcar, fumo e algodão) e a importação de produtos (exemplo: tecidos, calçados, porcelana, etc) davam ao comércio um papel preponderante. Era a principal atividade desenvolvida em Salvador, a quem cabia redistribuir as mercadorias importadas pelo interior da província, sendo, portanto uma metrópole intermediária nas relações entre pequenas economias regionais e a grande economia internacional.

Pensando em fazer um balanço, aquele foi um século de crises e instabilidades. A queda nos preços dos principais produtos exportáveis e o predomínio das importações sobre as exportações provocaram déficits sucessivos na balança comercial de Salvador. O surto industrializante ocorrido na segunda metade do século XIX, através da implantação das fábricas de tecidos, talvez pudesse representar uma nova perspectiva para a economia baiana. Porém, em meio a uma conjuntura desfavorável, caracterizada pela existência de um mercado consumidor regional pequeno, distância considerável dos principais centros do sul do país e pelo predomínio do capital comercial, o impulso industrializante logo involuiu.

Na República, a estrutura econômica permaneceria a mesma: agro-mercantil. Salvador – cidade comercial; como resultado do crescimento desta atividade, o seu porto possuía um movimento dos mais intensos, encontrando-se entre os principais do país. O porto de Salvador (Fig. 02) era o terceiro do país, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e Santos.

Figura 2- Porto da Barra



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia de Todos os Santos – Cenas da vida republicana 1889/1991**.SSA, 1988.

Percebe-se que foi a expansão da atividade mercantil que veio permitir o crescimento econômico da cidade. Segundo Kátia Mattoso (1978, p. 350 - 351), foi entre o período de 1889 a 1928, trinta e nove anos, portanto somente em oito anos a economia sofreu dificuldades (1897/1905, crise da economia europeia e flutuação dos preços dos produtos agrícolas). Nos outros anos, os negócios foram, de um modo geral, favoráveis, existindo um predomínio regular das exportações sobre as importações.

2.1.1 Atividades Econômicas

Salvador abrigava antigas atividades ligadas ao trato da terra, em vários pontos da cidade era possível encontrar estábulos, onde se criava gado leiteiro e hortas. O quadro de ocupação do setor primário era exercido por pescadores, pequenos agricultores, horteleiros, roceiros e criadores.

Quanto ao setor produtivo, ganham destaque as atividades do artesanato doméstico, das oficinas, das fábricas e da construção civil. As mulheres executavam principalmente o artesanato doméstico, elas eram: modistas, costureiras, bordadeiras, chapeleiras, rendeiras, floristas e doceiras. Tais atividades lhes rendiam a possibilidade de subsistência de sua família, sustentando o orçamento ou suplementando-o.

As oficinas eram as fontes produtoras de artigos de consumo de muitas espécies e ramos que circulavam na cidade. Três pessoas trabalhavam nas oficinas: o mestre (proprietário), o meio oficial e o aprendiz (ajudante não remunerado).

As fábricas eram reduzidas a empresas domésticas, sem trabalho assalariado. Somente as indústrias de tecidos teriam um maior número de empregados.

O ramo da construção civil empregava uma gama da mão-de-obra masculina em diversas funções, tais como: pedreiro, carpinteiro, pintor, ferreiro, ajudante, fiscal de argamassa, mestre-de-obras entre outros. Eram ofícios aprendidos desde a infância, que chegavam a profissionalizar muitos indivíduos.

A já mencionada expansão do comércio era visível pela grande quantidade de estabelecimentos que se estendiam pela cidade e no grande número de pessoas que neles trabalhavam.

A mão-de-obra feminina e infantil passou a assumir um significado crescente. Mulheres passaram a desempenhar funções que eram preenchidas primordialmente por

homens. As crianças trabalhavam principalmente no comércio, passando a ser utilizada também nas indústrias a mão-de-obra infantil.

2.2 Política

Em 1912, ano em que se inicia o primeiro governo de José Joaquim Seabra, as palavras de ordem eram: civilizar, progredir e modernizar. Tais palavras eram adotadas por certos segmentos da sociedade mais ilustrados e elitizados, entre os quais podem ser citados os dirigentes políticos, médicos sanitaristas e higienistas, educadores e jornalistas. Toda uma preocupação civilizadora, progressista, modernizadora ganhava força neste momento, passando a orientar as intervenções, transformações, reordenações que deveriam se realizar na cidade. Ao se pensar em civilizar, incorporava-se a noção de civilizar como elemento norteador da necessidade de se adquirir novos hábitos de higiene. Falava-se também, a partir de meados do século XIX, em impedir o alastramento da mendicância e a contenção de sua presença pelas ruas da cidade como uma exigência civilizadora.

A idéia de civilização foi internalizada por diversos segmentos das elites brasileiras (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 12). No Brasil, a aproximação aos modelos culturais europeus, era um dos principais fundamentos definidores da civilização e do progresso. No momento da virada do século XIX para o XX, a noção de civilizar – não apenas em Salvador, mas de um modo geral na ideologia das elites brasileiras – era se manter em pé de igualdade com a Europa no que se refere ao cotidiano, instituições, economia, idéias liberais etc. Diante disso, reforça-se a imagem de que a construção da identidade nacional para as elites, neste período, sempre passava pela tentativa de imitação ou representação da cultura européia.

Cidades da Europa eram tomadas como referência de civilização, tais como: Paris e Londres. Os modelos a serem seguidos e as soluções para os problemas identificados em Salvador eram comumente apontados tomando-se exemplos de experiências em curso nestas cidades.

A civilização correspondia a algumas preocupações sociais, a necessidade de uma ordem (pública e social), ter a vida na cidade normatizada, realizar

melhoramentos na paisagem e possuir bons serviços de infra-estrutura. Tudo isso dizia respeito à civilização no tocante às idealizações para as cidades e seus habitantes. A remodelação urbana talvez fosse o pontapé inicial do projeto modernizador, e é um dos objetos mais ilustrativos da civilização de uma cidade, que assim poderia adquirir a feição de uma moderna cidade européia.

As perfeições da estética urbana, somadas às obras de infra-estrutura e aos serviços modernos eram os ideais perseguidos. Pretendia-se a reforma ou construção de edificações que obedecessem a um estilo moderno (Fig.03), em substituição aos velhos casarões coloniais que caracterizavam a cidade. Desejava-se uma cidade com ruas bem calçadas e arborizadas; e onde se encontrassem vários parques e praças, espaços de passeio e lazer para os habitantes.

Em contrapartida aos melhoramentos materiais, infra-estrutura e dos serviços, a civilização da cidade também era vista com um novo enfoque: a necessidade de códigos normativos que servissem para regular adequadamente a vida urbana encarados como indispensáveis para o estabelecimento de uma ordem civilizada, e que corretamente seguidos atuariam em prol da coletividade. Estas normas serviriam para impedir práticas abusivas ou que resultassem em danos da coletividade. Por isso, deveriam tratar da regulamentação do trânsito; dos mercados livres, que deveriam seguir regras de higiene; dos horários e modos de levar-se o lixo às ruas ou de fazer a sua coleta; do trabalho nas vias públicas, a fim de não se tornar um incômodo ou impedimento à movimentação das pessoas pelas ruas, bem como a favor da higiene e do asseio; dos abusos que representassem uma agressão à tranquilidade doméstica, a exemplo do barulho noturno; e outros tantos aspectos que caracterizam a vida em cidade. Para manter esta ordem e tendo por objetivo zelar por ela, era imprescindível uma guarda civil, desarmada, cujos homens quando estivessem em ação, seriam exemplos de urbanidade, cavalheirismo, prudência e moderação, sem se exceder da autoridade.

Todos esses elementos mencionados apontavam para a vontade de construir uma cidade que seria um modelo ideal de civilidade, progresso e modernidade.

Partindo do princípio de que o Rio de Janeiro já havia conhecido, a importância da atividade modernizadora; São Paulo passava por transformações progressistas; somente em 1912, Salvador conheceu a oportunidade, como nunca vira antes, de seguir os mesmos passos. A ascensão de José Joaquim Seabra ao governo do Estado, com seus projetos modernizadores da cidade, permitiu que se almejasse uma nova possibilidade, dando ele início a várias obras de reforma da cidade do Salvador. Os melhoramentos físicos, propulsores de uma série extensiva de transformações que deveriam se processar na cidade, se estenderiam também para os serviços urbanos, a ordem urbana, a assistência pública, os hábitos e costumes da população, que provavelmente, também seriam melhorados. Desta forma, o início das reformas urbanas verificadas na capital baiana a partir daquela data, acompanhado das mudanças nos demais aspectos, alimentou as esperanças de que a civilização fizesse aqui a sua entrada definitiva.

Portanto veremos como ocorreu e em que medida se deu a civilização, o progresso e a modernização da velha cidade do Salvador.

Figura 3 – Fachada do palácio do Congresso



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia de Todos os Santos – Cenas da vida republicana 1889/1991**. SSA, 1988.

3. O primeiro governo de José Joaquim Seabra e suas intervenções – Salvador no contexto de Seabra.

Em 28 de Janeiro de 1912, foi realizada a eleição para governador, sendo José Joaquim Seabra o único candidato. No dia 27 de março deste mesmo ano, Seabra chegou ao Rio de Janeiro para tomar posse do governo.

Figura 4 - Jose Joaquim Seabra



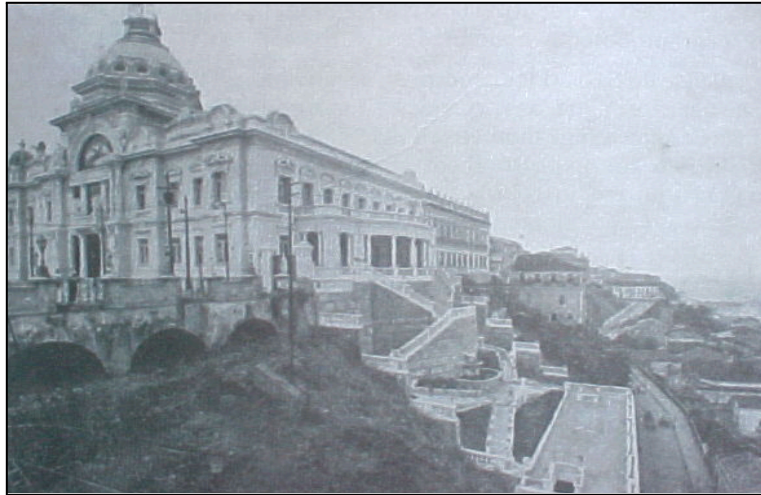
José Joaquim Seabra (Fig. 04) nasceu na cidade do Salvador em 1855, foi estudante da Faculdade de Direito, destacando-se desde cedo como um aluno brilhante. Fez concurso para professor, tornando-se aos 23 anos o mais jovem mestre da Faculdade de Direito. O mesmo passou por alguns cargos administrativos federais, possuindo, por isso, grande experiência. Ocupou a função de ministro no governo de Rodrigues Alves (1902-1906), exercendo o comando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Fonte: ALMEIDA, Maria do Carmo B. E. de. **A Vitória na Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na primeira República (1890-1930)**. Salvador, 1997.

Nos quarenta anos da Primeira República, Salvador vivenciou, múltiplos impulsos de transformação urbana, sendo eles: 1º) em 1906, estando relacionado ao início das obras no porto, com a construção de cais e armazéns, além da pavimentação de ruas vizinhas; 2º) em 1910, calçamento de ruas e saneamento do bairro comercial, como preparo à comemoração dos cem anos da Associação Comercial; 3º) entre 1912-1916, período em estudo, relativo as várias obras para alargamento das ruas, abertura de avenidas e construção de novos edifícios; e por fim 4º) em 1924, com a construção do bairro das Nações, em áreas conquistadas ao mar, na cidade baixa. Porém, dentre os citados, o mais significativo, o mais representativo da modernização

demolidora, o mais assemelhado às transformações do Rio de Janeiro é sem dúvida o terceiro impulso, àquele correspondente aos quatro primeiros anos do governo de José Joaquim Seabra no Estado da Bahia, abrindo avenidas, alargando ruas, construindo novos edifícios públicos (Fig. 05) e reformando outros, bem como incentivando as edificações e as reformas particulares.

Figura 5- Palácio Rio Branco



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. Bahia de Todos os Santos – Cenas da vida republicana 1889/1991. SSA, 1988.

Dando início ao seu governo, Seabra conseguiu a reativação das obras do porto (Fig. 06) da cidade do Salvador realizada pelo governo federal, mas que se encontravam paralisadas. Complementando, deu início à reforma da cidade baixa.

Figura 6- Inauguração do Porto da Barra - 1913



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. Bahia de Todos os Santos – Cenas da vida republicana 1889/1991. SSA, 1988.

Sendo Salvador a cidade para a qual convergiam todas as atividades do Estado, referindo-se aos diversos papéis que ela cumpre por se tratar de uma metrópole regional, concentrando funções administrativa, política, comercial e cultural, estando ao mesmo tempo, bem articulada às civilizadas cidades européias e norte-americanas por causa das atividades comerciais, os melhoramentos eram extremamente necessários. Ansiava-se, com isso, colocá-la ao lado das mais importantes cidades do país e do mundo, aproximando-se aos modelos em prática nos centros civilizados. O incremento do comércio, o padrão civilizado de cidade, a higiene e a estética eram, enfim, as intenções de Seabra.

Segundo Cardoso (1991, p. 39) “ao contrário do período imperial, quando a Bahia era identificada, quase, como um sinônimo de ‘Recôncavo’ e ‘açúcar’, na primeira República o enunciado é diferente: a Bahia é a praça comercial de Salvador”.

O cenário de modernização de Salvador, representado pela gestão de J. J. Seabra é importante pelas articulações existentes entre as diversas esferas do governo, o federal, o estadual e o municipal, em favor das reformas na cidade. Estas três esferas da administração pública realizaram obras paralelas de melhoramentos; atuando, por vezes, conjuntamente. Em outras ocasiões, articulando acordos que permitissem transferir as responsabilidades sobre as obras de uma para outra esfera. Na vasta área da cidade atingida pela remodelação, cada qual assumia uma parte das reformas, que tinha então muitas obras em andamento.

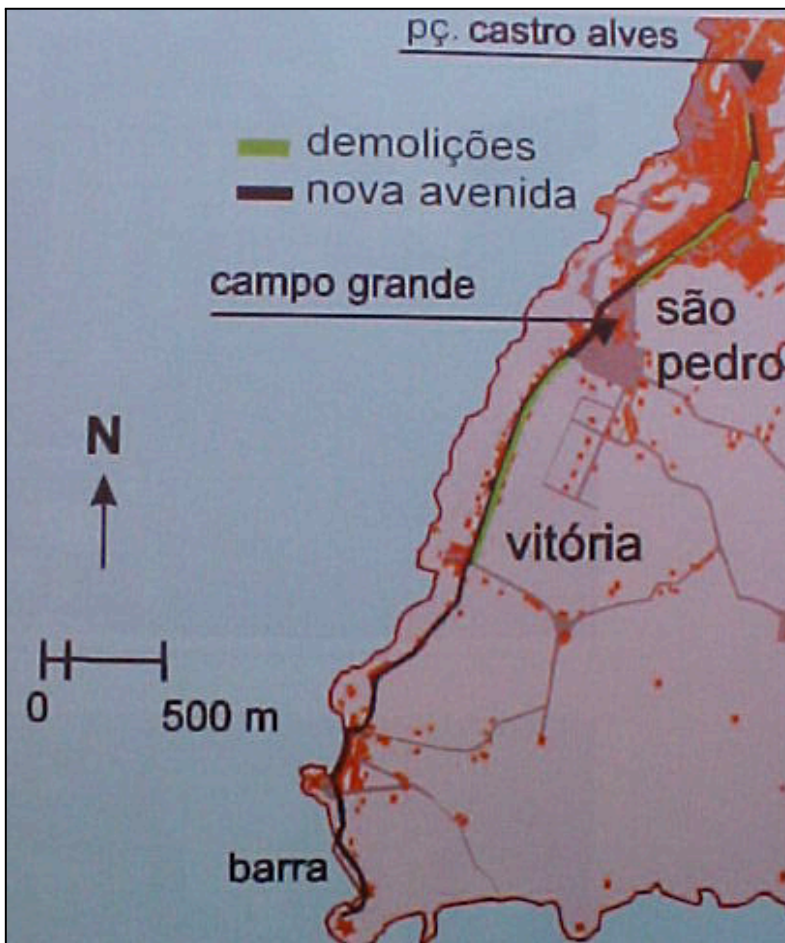
Era de responsabilidade do Governo Federal, executar as obras do porto, com o aterramento de enorme área, construções de cais e armazéns. Diante da conjuntura favorável que o cacau criara para a economia baiana, pela política voltada ao atendimento das necessidades da economia agroexportadora e pelo interesse que o capital internacional manifestava por esse tipo de investimento, a modernização do Porto de Salvador conhece seus primeiros preparativos desde 1891, tendo iniciado efetivamente suas obras em 1906. Trata-se de um projeto complexo, cuja concretização arrastou-se por várias décadas.

O Governo Federal incumbiu-se, também, de melhoramentos no bairro Comercial, fazendo alinhamentos e alargamentos de ruas, construindo também uma avenida ligando a Cidade Baixa a Itapagipe.

Era de responsabilidade do município, inúmeras obras, entre elas: o asfaltamento e o calçamento da vários trechos de ruas; o alargamento e a modificação de vias, a exemplo das ruas Chile, da Misericórdia e de São Pedro, localizadas nos distritos centrais da cidade; a construção de prédios, como o edifício da Assistência Pública, a capela da Ajuda, a Estação de Bombeiros.

A obra mais significativa de responsabilidade do Governo do Estado é a Avenida Sete de Setembro (Fig. 07). Consagrada como um vetor de expansão em

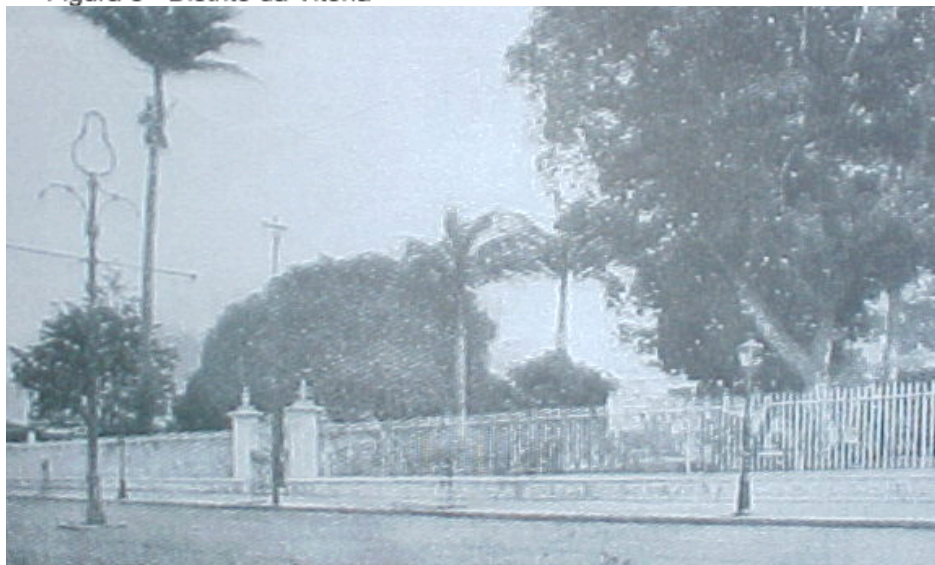
Figura 7- Projeto para abertura da Av. Sete de Setembro.



direção à Vitória e ao velho povoado da Barra – a avenida Sete de Setembro – consolidava uma tendência aberta desde a instalação ali das residências dos primeiros comerciantes estrangeiros, ainda no início do século passado. Além da avenida Sete de Setembro, mais duas vias de grandes dimensões foram planejadas pela administração de Seabra: a Avenida Dois de Julho e a Estrada do Rio Vermelho a Itapoan.

As principais áreas atingidas pelos projetos de remodelação da cidade pertenciam aos distritos da Sé, da Conceição e Pilar, São Pedro e Vitória (Fig. 08). Estas duas últimas seriam cortadas pela avenida Sete de Setembro, a mais importante obra a ser executada. São Pedro vinha de uma tradição de século XIX de contar entre os seus habitantes com um grande número de profissionais liberais (médicos e advogados) e funcionários públicos, esta tendência não parece ter mudado no período em estudo. No distrito da Vitória, ficavam os bairros do Campo Grande, da Vitória, da Graça, da Barra e do Canela, sendo eles os locais preferidos para a moradia da elite comercial e dos estrangeiros que se fixavam na cidade. A tendência foi de que as reformas convergissem para estes locais.

Figura 8 - Distrito da Vitória



Fonte: ALMEIDA, Maria do Carmo B. E. de. **A Vitória na Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na primeira República (1890-1930)**. Salvador, 1997.

As obras da Conceição e do Pilar, nos quais se concentravam os negócios do comércio e onde se localizava o porto, eram mais importantes como estímulo às transações comerciais de exportação e importação, onde “*exporta-se o que se tem de melhor [produtos agrícolas e] importa-se tudo quanto os outros produzem de melhor [produtos industrializados]*” (COTRIM, 1991, p. 146). Por sua vez, a reforma da Sé era reconhecida como urgente, visto ser o local notadamente imundo, por seus inúmeros becos infectos, continuando a ameaçar à saúde pública e por se tratar do centro

administrativo da cidade. O governo, com isto, logo foi considerado elitista por grande parte da população, uma vez que beneficiavam os melhores bairros, onde residiam os estratos mais elitizados da população. Vários bairros e distritos, de caráter bem mais popular, sofriam uma grave situação de abandono, sendo, por isso, mais pertinente à remodelação voltar-se para eles. Seria o caso dos diversos logradouros pertencentes aos distritos, de Santo Antônio, Brotas, Mares e Penha.

Grandes polêmicas foram causadas pela administração de Seabra, considerada demolidora. Talvez as mais alarmantes tenham sido o caso da tentativa de

Figura 9 - Demolição da Igreja de São Pedro Velho para abertura da Av. Sete de Setembro.



demolição do secular Mosteiro de São Bento e a própria demolição da igreja de São Pedro Velho (Fig. 09), com vistas à construção da avenida Sete de Setembro e a desocupação da grande área que ele compreendia para novos empreendimentos. Não somente os membros da atividade católica, como padres e sacerdotes, como também os praticantes da religião, julgavam tal atitude como heresia, uma verdadeira agressão a Deus.

Fonte: ALMEIDA, Maria do Carmo B. E. de.
A Vitória na Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na primeira República (1890-1930).
 Salvador, 1997.

Com todas as obras em andamento e vendo-se que a partir de então tornaram-se irreversíveis, foram os inconvenientes decorrentes do processo de remodelação que passaram a ser avaliados e percebidos. Crise de moradia, paralisações intermitentes das obras, carência de dinheiro para dar continuidade às reformas, irregularidades na execução de obras. Estes são alguns dos problemas provocados pelos melhoramentos materiais da cidade que a população foi obrigada a suportar.

A falta de habitações e os elevados preços dos aluguéis eram preocupações que atormentavam a vida de muitas famílias desde os tempos que antecederam à remodelação. Constava nos planos iniciais de Seabra a construção de casas populares para tentar sanar tais problemas. Embora não investisse diretamente em habitação, com recursos próprios do governo, como fazia nos melhoramentos, Seabra procurou incentivá-las. Foi, por isso, que convidara diversos homens de negócio, para conceder favores através de decreto, tais como, isenção de impostos, para aqueles que apresentassem projetos de construção de moradias populares, pondo-os em execução. Segundo Luís Antônio Fernandes Cardoso em seu trabalho sobre habitação proletária na cidade do Salvador, afirma que não encontrou nenhuma menção que aponte para a construção e entrega de unidades habitacionais aprovadas pelo decreto de Seabra.

Os entulhos de materiais para a construção, as ruínas das obras, o modo perigoso como se faziam as demolições, a falta de sinalização em algumas obras e a poeira levantada devido ao estado das ruas com a execução dos melhoramentos eram outros inconvenientes com que a população tinha que conviver. O resultado deste conjunto de coisas era, muitas vezes, lama e empoçamentos de água, ou o acúmulo de detritos que sujavam as ruas. Tudo isto se tornava mais grave por causa das constantes paralisações sofridas pelas obras em virtude da falta de dinheiro para manter-se o ritmo de execução. Os recursos para financiamento da remodelação foram conseguidos mediante a contratação de empréstimos pelo Estado junto a instituições de crédito nacional ou estrangeira.

Tal situação nos leva a acreditar que os melhoramentos possuíam uma função elitista (Fig. 10), favorecendo somente aos segmentos mais bem situados na cidade e na sociedade. O caráter burguês da modernização das capitais brasileiras já foi apontado por muitos autores; tais como: Pinheiro, Leite e Santos, que indicam como as elites procuram criar modelos ideais de cidade que correspondessem às suas representações. Antes de tudo, as ruas das cidades, melhoradas, modernizadas, higienizadas, saneadas e limpas socialmente, deveriam compor um cenário de desfile para as elites, sendo locais onde exibiriam seus gostos e ostentações. Entretanto,

mesmo não chegando a alcançar pleno êxito, os melhoramentos representaram uma conquista, constituindo uma ação exercida em favor da aspirada civilização que se desejava implantar na cidade.

Figura 10 – Projetos das intervenções propostas no Governo de J. J. Seabra



Fonte: PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002

4. Serviço Urbano – Limpeza Urbana

Os projetos modernizadores tiveram basicamente por guia três direcionamentos: salubridade, fluidez e estética (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 59). Buscava-se conferir à cidade a perfeita imagem de uma vitrine para a contemplação das elites e dos residentes e visitantes estrangeiros (ou mesmo Nacionais). Desta forma, ansiava-se o embelezamento da cidade por meio da arborização das ruas e praças, logradouros públicos para o passeio e o lazer (como parques e jardins), monumentos, fontes e chafarizes, sem contar a aspiração de uma arquitetura nas casas e edifícios (públicos e particulares) que obedecessem aos estilos mais modernos de então. Uma orientação artística caracterizada pelo bom gosto e requinte daria o sentido dos melhoramentos a serem seguidos. Afinal, a civilização de uma cidade se dava, também, pela implantação de elementos estéticos.

A higienização dos espaços urbanos, por sua vez, além de criar condições de melhor salubridade para a população de uma cidade sempre doente, em consequência das sucessivas epidemias, não deixava de corresponder a uma preocupação estética. Esgotos correndo a céu aberto, lixo amontoado pelas ruas, edificações precaríssimas, entre outras situações semelhantes, não eram de modo algum coisas agradáveis aos sentidos (principalmente a visão e o olfato), não asseguravam a saúde das pessoas, tampouco eram abonadores do progresso de uma cidade. Por isso, os aspectos associados ao asseio, à limpeza e à higiene constituíam outros indicadores de civilização.

A falta de higiene, representada no acúmulo de água empoçada, na lama e nos restos de alimentos simbolizam o exemplo africano que a nova civilização queria abolir. As feiras eram excelentes amostras do mais acabado dessaseio, tais como a venda de alimentos ao ar livre. Encontravam-se expostos nas vias públicas, todos os tipos de coisas: lixo doméstico e dos estabelecimentos de negócios em geral; sobras de alimentos dos mercados; capim, mato e outros vegetais; fezes e detritos; água estagnada e lama. Existiam normas municipais proibindo os habitantes de jogar lixo nas

ruas, resultando por vezes em multas. Mas não era estranho o desrespeito da população às normas, pois os próprios órgãos responsáveis pela limpeza ou sua fiscalização não cumpriam de forma satisfatória suas funções. Devido a isto, via-se uma enormidade de imundícies se deteriorando ao sol e à chuva, sendo que em alguns locais pairava um odor insuportável (LEITE, 1996, p. 89).

É importante ressaltar que, em parte, a limpeza das ruas fora comprometida pelos próprios melhoramentos, os entulhos produzidos pelas obras, normalmente acumulavam-se nas vias públicas.

Tanto o desinteresse dos poderes públicos quanto os maus hábitos da população concorriam para o péssimo estado de limpeza das ruas. Os poderes públicos por não dispensar devidos cuidados e atenções ao serviço; a população por não colaborar na sua conservação desenvolvendo práticas civilizadas de higiene. As pessoas costumavam fazer dos seus quintais um depósito dos restos produzidos em casa e quando se viam sob ameaça de inspeção, transferiam tudo para as vias públicas (REIS, 1991, p. 23).

Contudo, um dos aspectos mais importantes em todo o tema da limpeza urbana, encontrava-se no modo como os contratantes prestavam o serviço, cuja qualidade estava sujeita a todos os tipos de questionamentos. O Município utilizava-se de caminhões para a realização da tarefa nos distritos de São Pedro, Vitória e no Bairro Comercial, que tinham as melhores ruas da capital. Mas, no restante da cidade, a coleta se dava através de carroças puxadas por animais. As carroças por sua vez eram consideradas anti-higiênicas: não comportando o excesso nelas acumuladas, deixavam escorrer pelo trajeto parte do seu conteúdo, favorecendo, desta forma ao aumento da sujeira nas ruas (LEITE, 1996, p. 87).

5. Quem vive na cidade

Definida a princípio como necessidade higienizadora, pensada, portanto sob o prisma da saúde, a modernização das cidades brasileiras deveria abrir os seus braços para outras direções. Se por um lado, a amplitude do saneamento a ser realizado muitas vezes conduziu a alterações radicais no tecido urbanístico, por outro, tendeu a superar a dimensão material e a atingir o plano social, pois sanear deixou de ser uma questão meramente associada ao espaço físico, tratando de penetrar no próprio seio da família (Fig. 11), discutindo a própria conduta das pessoas (FERNANDES; GOMES, 1992, p. 61).

Havia a necessidade de se controlar o modo de vida das classes populares, que com seus costumes ditos incivilizados contribuíam para a situação de insalubridade. Além disso, grandes quantidades de trabalhadores pobres e pessoas em condição de miséria ou mendicância povoavam as ruas, sendo que a visão deles circulando livremente pelos espaços da cidade agredia a sensibilidade de muitos (elites). Representava, também, um sinal contraditório de civilização da cidade. Desta forma, a pretendida civilização transfigurava-se de projeto material, encarada aqui sob o prisma da higienização e da modernização dos espaços físicos, em projeto social: precisava-se limpar a cidade dos elementos sociais que lhes mostravam a imagem da miséria e pobreza.

Figura 11 – Cena Urbana: Casamento em Salvador



Fonte: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia de Todos os Santos – Cenas da vida republicana 1889/1991**. SSA, 1988.

Acreditava-se, então, que a civilização da cidade não deveria se concentrar apenas nas obras de remodelamento físico que transformaria as suas feições coloniais, mas também em torno de um projeto de reeducação dos habitantes citadinos – a qual se daria mais por vias da repressão do que da instrução formal, visto que o problema da assistência e instrução pública foi sempre uma necessidade nunca bem encaminhada. Fosse reeducando as pessoas, fosse limitando a extensão e os efeitos das questões de cunho social, ter-se-ia uma civilização erigida tanto no que diz respeito à paisagem material quanto à paisagem social. Os maus costumes e o estado de grande indignação espalhada pelas ruas só faziam depor contra, ferir qualquer pretensão de civilidade.

Foi pensando em civilizar os costumes e as gentes da cidade que muitas das práticas populares e muitos dos usos que se faziam da rua, para o lazer ou para o trabalho, passaram a sofrer censuras e a conhecer formas de controle. Assim, a moralização e a reeducação das classes populares seriam defendidas com veemência, tendo por base os pressupostos idealizados pelas elites para a sociedade brasileira. A mesma censura e busca de mecanismos de controle ocorriam no referente à miséria exposta nas ruas à vista de todos. Para resolver a situação da miséria, sugeria-se o seu confinamento em instituições assistenciais, eliminando da visão dos habitantes e visitantes a sua indesejável exibição pública (LEITE, 1996, p. 108).

Da mesma forma como ocorria em outras capitais brasileiras, em Salvador, os difusores da civilização alimentavam um mesmo tipo de expectativa em relação à regeneração social e cultural da população. Respondendo aos pedidos que exigiam medidas neste sentido, os poderes públicos municipal e estadual, em alguns momentos, tomaram iniciativas que objetivaram regular sobre os assuntos que envolviam os usos destinados à rua, tanto no que se refere ao trabalho quanto ao entretenimento. Procurava-se, com isso, reprimir hábitos, brincadeiras e divertimentos classificados como viciosos, perigosos ou agressivos. A repressão podia se dar através da legislação (como leis, decretos e posturas municipais) ou promovendo ações policiais contra o jogo, a bebida, a prostituição e outros hábitos ou coisas tidas por

intoleráveis e incivilizados. Isso se dava afinal porque na existência de uma boa ordem pública e social assinalava-se um expressivo elemento de civilização.

Contudo, a ineficiência dos órgãos de repressão em fazer com que as normas fossem respeitadas, principalmente pelo caráter esporádico e circunstancial das fiscalizações e das ações policiais empreendidas, bem como em razão do jeito de ser de um povo bastante alheio ao cumprimento de certas normas (mesmo quando elas pudessem se revelar benéficas ao bem estar coletivo e individual) fizeram de toda e qualquer projeção civilizadora que dissesse respeito à ordem sócio-cultural um campo de batalha, onde quase nunca se observavam vitórias significativas para os seus defensores. O resultado foi que, do mesmo jeito como acontecia em relação ao serviço de limpeza urbana, os maus hábitos de extensa parcela da população e a grande indigência visível nas ruas refletiam um aspecto de incivilidade à cidade.

A Salvador do contexto remodelador era uma capital de gente inculta, mal educada e incivilizada, cujas práticas de selvageria numa cidade tida como civilizada enchia-lhe de vergonha (LEITE, 1996, p. 109-110). Entretanto, a realidade que o país conhecia – e Salvador muito especialmente - era a de uma forte herança africana e de uma permanência de hábitos e tradições herdadas do Império e mesmo da Colônia. Havia a propensão de se utilizar o termo remodelação para designar as transformações materiais processadas na cidade. Tratando-se, porém, das transformações sugeridas aos aspectos relacionados à ordem sócio-cultural da cidade, ou seja, ao que dizia respeito à população, aos seus costumes e às suas carências, a expressão *saneamento moral* torna-se a mais adequada. Era em nome de um saneamento moral que se esperava o combate à prostituição e bebidas, os quais acabaram se acentuando com os recentes surtos de civilização que a Bahia vinha conhecendo em consequência das reformas.

O jogo, a bebida e os divertimentos com música - ou mais precisamente o samba e as serenatas – eram hábitos há muito incorporados e profundamente arraigados no cotidiano e nos costumes da sociedade local, não havendo nenhum

exagero em se afirmar que a maior parte das pessoas tinha a sua vida atingida por eles. De modo geral, o jogo, a bebida e o samba eram considerados incômodos, inconvenientes, excessivos e altamente prejudiciais. Representavam fatores de degeneração social e moral, além de se constituir um perigo para a ordem pública, uma vez que a ocorrência de tumultos, conflitos e brigas estiveram, em diversas ocasiões, a eles associados. Havia ainda o caráter de ilegalidade de alguns deles, como é o caso do jogo do bicho, cuja atividade de venda de bilhetes era há muito proibida pelo código penal (LEITE, 1996, p. 124-125).

Em uma cidade sem grandes variedades de opções de lazer que pudesse receber a reputação de *saudáveis*, a bebida, o jogo e o samba estavam entre as principais formas de entretenimento, sobretudo para as camadas populares da população (MUNDANAS, 30 set. 1913, p. 3).

Encontravam-se espalhadas pelas ruas da capital inúmeros pontos de comercialização de bebidas alcoólicas e muitas casas de jogos. Em enquête que procurava dar conta da quantidade de *tavernas* (bares) existentes em Salvador, o jornal A Tarde, em janeiro de 1915, apontava para mais de mil pontos de venda de bebidas estabelecidos por toda a cidade. Constante e repetidamente, a bebida aparecia como razão motivadora de tumultos ou de atos de vandalismo por pessoas pouco resistentes aos seus efeitos, o álcool potencializava a agressividade e fazia com que alguns perdessem a noção de limite. Além disso, os bares ou tavernas ou botequins, local tradicional de comercialização do produto, funcionava como foco de distúrbios, pondo em risco a segurança pública, não sendo incomum que acontecessem episódios de discussões, brigas corporais, tiros, sangramentos e mortes. Eram associados à bebida que, comumente apareciam os divertimentos com músicas. Tratados geralmente como *sambas inconvenientes ou serenatas incômodas* (A ORDEM, 03 abr 1913, p. 1) e realizados em meios preponderantemente populares, tornaram-se objetos de queixas por estimularem conflitos entre seus participantes, por produzirem gritarias e o uso de vocabulário impróprio (A ORDEM, 03 abr 1913, p. 2). Em síntese, samba e bebida

andavam lado a lado. Desta união resultava em gritarias, palavrões e conflitos, nos quais a polícia era chamada a intervir, em nome da ordem pública.

O jogo era outra prática profundamente difundida, existindo muitas casas estabelecidas na cidade voltadas para a sua atividade. Porém, os jogos se reproduziam em outros espaços e não somente em locais especializados na sua atividade, assim como se conheciam outras modalidades deles. Jogavam-se nas ruas as mesmas coisas e da mesma maneira que em lugares fechados, não havendo reservas por temor à polícia. As festas populares, por exemplo, eram excelentes momentos para se armar barracas nas quais as apostas na roleta, no carteadado e no dado podiam ser arriscadas livremente. Praticava-se o jogo, também, nas residências particulares, ambiente tido por mais reservado, mas onde a exaltação dos ânimos na ânsia da disputa podia resultar em gritarias e xingamentos (REPRESSÃO, 23 abr 1912, p. 1).

Existia a consciência de que o jogo era uma atividade proibida muito comum, mesmo quando se pensava em termos de grandes países europeus e dos principais estados do sul brasileiro, entre eles o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, as grandes referências de progresso e civilização. Mas na Europa, segundo se dizia e imaginava, a uma casa de jogo correspondem centenas de escolas, centenas de fabricas, centenas de oficinas, em proveito da humanidade (LEITE, 1996, p. 129). Desta forma, os vícios europeus eram compensados pelas virtudes e dedicação ao trabalho. Não ocorria o mesmo no Brasil, e especialmente na Bahia, visto que esta em comparação aos estados do sul estava em inferioridade, pois se acreditava que no Rio, São Paulo e Minas, preocupados porque estavam na agitada vida industrial, agrícola e comercial, não se vendiam tantos bilhetes lotéricos como entre nós (REPRESSÃO, 23 abr 1912, p. 2). A repressão do jogo pelos poderes públicos era um ato de civilização que se deveria mostrar ao resto do país.

Era do conhecimento de todos, que competia à polícia acabar com a disseminação dos sambas e serenatas inconvenientes, do jogo e dos conflitos estimulados pela bebida. No entanto, o cumprimento desta obrigação ficava

comprometida pela incapacidade policial em manter-se ostensiva na sua função, bem como pelo próprio envolvimento e participação de seus agentes nas atividades que deveriam combater. Este último aspecto é interessante pelo aparente paradoxo que traz embutido: membros da polícia interagiam em práticas condenadas pelos civilizadores, quando deveriam impedi-las. Desta forma, seria natural não esperar demasiadamente destes homens, responsáveis pela repressão mais direta das práticas viciosas da população, quando no desempenho de suas obrigações.

5.1 Maus Hábitos das pessoas da cidade

Dando continuidade ao assunto de gente da cidade, os habitantes de Salvador persistiam em inúmeros hábitos intoleráveis entre povos tidos por educados e que desenvolveram alto grau de civilização. Já me referi à inclinação dos moradores de transformar tanto os quintais das suas casas quanto as vias públicas em depósito de lixo. Esta era uma prática que fazia sentir seus efeitos sobre a limpeza e o asseio, pondo em perigo a saúde da cidade, periodicamente visitada por epidemias.

Dentre os costumes tradicionais mantidos pelos baianos alguns sofriam severas críticas. A brincadeira de soltar fogos nas festas juninas, sobretudo no dia de São João, estava entre eles. Contra tal costume realizou-se uma campanha, através dos jornais, que procurava reprimi-lo e havia inclusive postura municipal proibindo os fogos (LEITE, 1996, p. 121). Esta prática dos fogos de São João, se mantiveram sem qualquer alteração, talvez porque tenha faltado a idéia de um novo divertimento que pudesse substituí-lo. Além disso, as autoridades, junto com seus parentes, gostavam de soltar fogos.

A tradição de soltar fogos, era visto como um vestígio de barbárie, da selvageria, da brutalidade, das eras coloniais, quando aqui ainda era quase tudo mata, quando aqui era povoado de indígenas ferozes e de colonos também ferozes, possivelmente, os participantes da brincadeira na nova era civilizada não passassem de indígenas e colonos ferozes, ou pelo menos eram, inegavelmente, seus descendentes diretos, algo muito diferente daquela vontade de ser uma espécie de europeu educado (MENOS, 22 jun 1915, p. 1). Tinha-se, então, mais um fato desabonador para a cidade, pois, apesar de assimilarmos depressa certos usos, certas modas dos povos ditos cultos, a Bahia conservou ainda muitos costumes de tempos passados, de quatrocentos anos atrás.

Existiam críticas aos costumes, hábitos e maus modos da população em diversos âmbitos. Práticas tachadas de bárbaras pelo perigo à integridade física como

os fogos do São João e aspectos aparentemente menores como as casas de jogos compunham objetos de tais críticas. Acontecia o mesmo em relação a outros fatos notados na cidade, fossem eles perpetrados pela gente *bem educada*, fossem eles perpetrados pelos segmentos populares.

Dentre as praticas ditas incultas da gente *bem educada*, incluía-se mulheres que freqüentavam as salas dos teatros e cinemas com enormes chapéus, segundo os jornais da época, eles impediam a visão daqueles que lhe ficavam atrás, mau exemplo este que vinha sendo copiado pelos homens. A boa educação, baseada nas mais corretas normas de civilidade, aconselhava que os chapéus fossem retirados quando das apresentações e exibições, norma nem sempre seguida. Outro hábito comum nos cinemas refere-se ao abuso de alguns dos seus clientes fumarem durante a projeção das filas, incomodados os demais freqüentadores especialmente as senhoras, (OS CHAPÉUS, 28 set 1914, p. 2; OS FUMANTES, 06 set 1913, p. 2).

Grandes críticas foram dirigidas, ainda, a alguns hábitos e costumes populares, sobretudo aqueles que lembrassem uma origem africana. Naquele momento em que se nutria o desejo de ser europeu, havia um exacerbado sentimento de rejeição aos elementos da cultura negra típica de segmentos populares dos habitantes da cidade. Oriundo do discurso civilizador, no início do século XX, condenava-se veementemente os batuques africanos realizados pela população negra, que nos dias do carnaval saía às ruas organizadas em forma de clubes ou blocos, tocando seus instrumentos e entoando músicas, que de algum modo, remetiam à África.

Os batuques identificavam-se, intimamente, ao candomblé. Se foram impedidas as suas exibições nos dias do carnaval, no restante do ano, podia-se ouvir os seus sons ecoando em diversos pontos da cidade. Porém a intolerância não ocorria apenas em relação ao candomblé. Em geral, toda e qualquer forma de religiosidade popular assentada na incorporação de entidades, nas crenças espíritas ou rituais mágicos era severamente condenada. Para qualificar tais formas religiosas, os seus opositores (elite dominante – empresários, políticos, intelectuais e médicos) se serviam

das designações: bruxaria, fetichismo, demonismo, charlatanismo e curandeirismo, ao mesmo tempo, acusavam-nas de pretender realizar curas milagrosas no exercício ilegal da medicina (LEITE, 1996, p. 129).

Nos principais espaços da cidade, circulavam personagens urbanos incompatíveis com o progresso e a civilização. Vendedores ambulantes ou armados de banca, meninos e moleques, velhos, doentes, loucos, mendigos e indigentes enchiam as ruas de Salvador. Esta camada, na visão dos civilizadores, era fonte de diversos problemas, entre eles a sujeira das vias públicas, depredações, além de imprimir um triste aspecto à cidade (PINHEIRO, 2002, p. 189). Havia, por isso, uma grande preocupação com esta gente, sendo imprescindível o seu controle ou exclusão.

O trabalho nas ruas centrais da cidade dos vendedores ambulantes era mais um elemento ligado aos setores populares, visto sem qualquer simpatia. Junto a estes estavam os vendedores de bilhetes lotéricos, feirantes, quituteiras e outros, que faziam da atividade de venda o meio de sobrevivência. Causava forte decepção, ao menos em alguns, vê-los estabelecidos em um trecho concluído da Avenida Sete de Setembro, a principal obra de remodelação da capital.

O trabalho autônomo dos vendedores em áreas que se queriam exclusivas para a circulação da gente *bem educada*, configurava-se um entrave às pretensões civilizadoras. Constituíam um significativo incômodo bater-se com aqueles trabalhadores que tomavam as calçadas expondo suas mercadorias ou que penetravam em estabelecimentos comerciais como bares, cafés, confeitarias oferecendo seus produtos. Em meio aos alargamentos e asfaltamentos de vias, eles formavam um problema a ser resolvido, a fim de não impedirem o livre trânsito, o passeio dos elegantes pelas melhores ruas da cidade (LEITE, 1996, p. 134).

Existia uma vontade de disciplinar o uso das ruas, definindo-se espaços próprios para a atuação de cada classe. Buscava-se, desta maneira, evitar a disputa e o convívio simultâneo dos diversos segmentos nas ruas, eliminando-se os perigos e os

desconfortos aos quais estavam sujeitas as elites em conseqüência de tal convivência, (MUNDANAS, 17 set 1913, p. 3).

Dentro do contexto remodelador, o aspecto da miséria associado ao desaseio da cidade, formava a impressão negativa. Na verdade, não era incomum que em meio à sujeira se encontrassem mendigos e indigentes a ela misturados, formando uma espécie de lixo humano. A indigência e a mendicância costumavam se concentrar em lugares estratégicos da cidade, incluindo-se, entre eles, diversas ruas do Bairro Comercial, a ladeira do Bonfim e as portas das igrejas (A INDIGÊNCIA, 20 set 1915, p. 1). Certamente estes locais eram preferidos devido ao grande movimento de pessoas com poder de ofertar esmolas.

As condições gerais dessa gente, segundo descreviam os jornais, eram deploráveis. Havia indivíduos que andavam maltrapilhos, esfarrapados ou seminus. Fixavam-se em locais sem a menor higiene, habitando as ruínas da remodelação (SETE, 27 out 1914, p. 1). Em virtude da precária existência que levavam, não era incomum aos indigentes; entre os quais estavam nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, jovens, adultos e velhos; a morte em abandono por fome ou doença.

O que pesava sobremaneira para os defensores da civilização era o fato de a multidão de mendicantes, indigentes, loucos e doentes que infestavam a cidade tornarem-na muito distante dos verdadeiros centros civilizados europeus. Quando se reconhecia que nas cidades européias o problema também existia, logo surgia razões para aumentar a sua gravidade entre nós. Assim, argumentava-se que na Europa ao menos existiam programas de assistência pública para atender a toda aquela gente, ou que ali a miséria era resultado do excesso de população e trabalho. Enquanto na Bahia, era resultado da falta de trabalho, em razão do descaso dos poderes públicos e da indolência do povo (A INDIGÊNCIA, 20 set 1915, p. 1).

Pretendia-se um modelo de cidade que seguisse os padrões europeus, havia em conseqüência, toda uma preocupação com o impacto que provocaria nos visitantes

estrangeiros e também brasileiros, a visão da miséria alastrada pelas ruas. Assim como ocorria no aspecto da paisagem física, a face imperfeita da civilização de Salvador se mostrava novamente no aspecto que dizia respeito à ordem social e cultural das cidades e seus habitantes. A remodelação havia gerado uma expectativa de que não apenas as velharias arquitetônicas coloniais desaparecessem, mas também as práticas e costumes que impregnavam a cultura da população. A adoção de hábitos cultos seria mais um produto dos melhoramentos materiais por que passava a cidade. Parecia, que respirar o ar de uma cidade reconstruída segundo os princípios de uma estética moderna pudesse inspirar automaticamente às pessoas a acolher novos costumes. O contexto remodelador de Seabra teria sido um grande impulso para que tudo isso ocorresse se as projeções civilizadoras não houvessem passado de uma obra inacabada, uma obra elitista. O que persistiu na cidade e continuou persistindo por vários anos, foram fatos, ou melhor, cenas que aos olhos da gente *bem educada*, não passavam da negação aos ideais de civilização propostos.

6. Considerações Finais

A reforma de Salvador iniciada, em 1912, gerou expectativas animadoras de que a cidade enfim fizesse a sua entrada no mundo civilizado. As intervenções urbanas seriam apenas o início de um projeto civilizador bem mais abrangente, com o qual seria alcançada uma série de realizações que se estenderiam por inúmeros aspectos da vida da cidade e de seus habitantes. Conquistas materiais, estéticas, assistenciais, mudanças nos hábitos e práticas da população, melhorias na ordem pública e maior organização na cidade, dentre outras coisas, estavam na pauta das pretensões.

O projeto civilizador deparou-se, no entanto, com uma realidade que se mostrou bastante adversa para a sua efetivação. Foi no plano material que alcançou os resultados mais expressivos, mesmo que a configuração geográfica do sítio onde foi instalada a cidade e a herança colonial da sua estrutura urbana não facilitassem a tarefa. É verdade que os melhoramentos não alcançaram as proporções desejadas. Porém, ao final de quatro anos, Salvador contava, com obras acabadas, com novas avenidas, ruas alargadas, alinhadas e asfaltadas e edificações que começavam a seguir uma moderna estética, enquanto outras reformas, concentradas, sobretudo no Bairro Comercial, prosseguiam em andamento. Após várias décadas com a mesma feição, diversos trechos da cidade passaram por transformações consideráveis, que transfiguravam a sua face.

Trabalhando com os elementos de ordem material, fora possível concretizar algumas idealizações, ainda que tivesse sido parcialmente. Desta maneira, através destes melhoramentos modernizadores da cidade, a civilização, mesmo que de forma imperfeita, fez a sua entrada na cidade do Salvador. O grande empecilho à civilização, entretanto, esteve nos aspectos relacionados à esfera cultural e às questões sociais. Certos hábitos, tradições, preferências por atividades proibidas ou de entretenimento fortemente fixados na alma da maior parte das pessoas, sobretudo as das camadas populares, que formavam majoritariamente a população soteropolitana, caracterizavam-se como resistentes às mudanças. Conseqüentemente, existia um

impasse, às vezes latente, às vezes direto, entre camadas de mundos diferentes, onde, de um lado, ficavam aqueles que compunham os segmentos elitizados (fosse do ponto de vista sócio-econômico, político ou cultural) e, do outro lado, aqueles que integravam as camadas populares.

Como as pretensões civilizadoras e modernizadoras correspondiam a ideais elitistas, o seu discurso não conseguia sensibilizar os demais setores sociais, cujos componentes tinham, predominantemente, baixo nível de escolaridade (a instrução pública era naquela época um problema considerado grave) e pouco acesso a informações tidas por mais cultas e elaboradas. Naturalmente, contrariando as vontades das elites, a camada popular perpetuava as práticas mais peculiares do seu repertório cultural, mesmo duramente criticadas, como os jogos, os divertimentos com música popular (tipo o samba e as modinhas), a bebida, os fogos soltos nas festas juninas, crenças místicas contrárias ao catolicismo.

Salvador era uma capital que não oferecia grandes oportunidades de emprego, uma multidão de mendicantes, indigentes e pobres que se espalhavam por quase todas suas ruas, especialmente aquelas de maior movimento nos distritos centrais, completavam o cenário.

Comparando-se as projeções civilizadoras e a realidade visível, pelo que indicam os jornais, eram as cenas de incivilidade que melhor definiam o cotidiano da cidade e dos seus habitantes. Serviços deficientes, sujeira, vícios, maus modos, pobres e indigentes eram coisas com que, aparentemente, se deparava em qualquer saída às ruas. As descrições e críticas elaboradas em torno destes aspectos provocam uma impressão negativa tão forte que se tem a sensação de que tudo na cidade era oposto à civilização. Sobressai delas a imagem de uma cidade que se encontrava muito distante das referências européias tão constantemente repetidas, sendo, por isso, mais facilmente comparada a paisagens coloniais, que lembravam a primeira etapa da nossa história.

Ao fazermos um paralelo entre Salvador de vários momentos, desde a sua fundação, no ano de 1549, até os dias atuais, não há exagero em se afirmar que existe uma cidade onde se percebem tristes permanências. Nos documentos escritos por colonizadores portugueses, nas anotações dos viajantes estrangeiros do século XIX e nos jornais das décadas iniciais do século XX, se reconhece uma série de características persistentes que serviram para descrever a cidade, estando entre elas a sujeira, a mendicância e os maus modos. O habitante ou o visitante que anda pelas ruas da nossa cidade, nestes anos iniciais do século XXI, ainda é obrigado a deparar-se com cenas bastante semelhantes com as que foram descritas para épocas há muito tempo passadas. Uma cidade suja, com maior parte de sua população miserável e carente de educação. A cidade cresce e se expande sem planejamento dando continuidade à cidade do início do século XX, a Salvador de José Joaquim Seabra.

É correto continuarmos investindo em um modelo de cidade elitista, buscando sempre a tão clamada civilização européia ? Não devemos rever nosso ideal de planejamento urbano e adequá-lo as nossas carências ? Salvador será sempre assim, como ontem, hoje e amanhã ?

Referências Bibliográficas

A INDIGÊNCIA abandonada. Grande contraste. A Tarde, Salvador, 20 set 1915, p. 1.

A ORDEM pública. A Tarde, Salvador, 03 abr 1913, p. 1-2.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CARDOSO, Luis Antônio Fernandes. **Entre vilas e avenidas:** habitação proletária em Salvador na primeira República. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações Urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: _____(orgs). **Cidade & História:** Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: MAU/UFBA, 1998.

FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Heliódório; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): construção institucional, formação profissional e realizações. In: LEME, Maria Cristina da Silva (org). **Urbanismo no Brasil –1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999. p. 167-182.

Fundação Centro de Pesquisa e Estudos – CPE (Bahia). **A inserção da Bahia na evolução nacional, segunda etapa:** 1890-1930. Salvador, 1980.

HAHNER, June. **Pobreza e política:** os pobres urbanos no Brasil, 1870-1920. Brasília: Edunb, 1990.

HERSCHMANN, Micael & PEREIRA, Carlos A. M. O Imaginário moderno no Brasil. In: _____. **A invenção do Brasil moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 1920-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEITE, Reinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...** Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX**: uma província do Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Bahia**: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1979.

MATTA, Alfredo Eurico R. Centralização Seabrista: Bahia Republicana – 1912/1924. A Tarde, Salvador, 05 ago 2000, p. 1-2.

MENOS selvageria. A Tarde, Salvador, 22 jun 1915, p. 1.

MUNDANAS e Sociais. A Tarde, Salvador, 17 set 1913, p. 3.

OS CHAPÉUS femininos. A Tarde, Salvador, 28 set 1914, p. 2.

OS FUMANTES nos cinemas. A Tarde, Salvador, 06 set 1913, p. 2.

PACHECO, Regina. Mudanças tecnológicas, transformações urbanas e institucionais: Do bonde ao ônibus. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (orgs). **Cidade & História**: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: MAU/UFBA, 1998.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Intervenções públicas na freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920**: um estudo de modernização urbana. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. **Europa, França e Bahia**: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). Salvador: Edufba, 2002.

REIS, João J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REPRESSÃO ao jogo. A Tarde, Salvador, 23 abr 1912, p. 1-2.

SAMPAIO, Antonio Heliodório Lima. Em busca da modernidade: três desenhos para Salvador metrópole. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras. (orgs). **Cidade & História**: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: MAU/UFBA, 1998.

_____. **Formas urbanas**: cidade real & cidade ideal; contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto; PPG: AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na primeira República**. Salvador, 1978.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. Novas e velhas ocupações na Salvador Republicana (1890-1930). In: FERNANDES, Ana; SAMPAIO, Heliodório; GOMES, Marco Aurélio A. de Figueiras (orgs). **Cidade & História**: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: MAU/UFBA, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Sobrevivências e tensões sociais, Salvador (1890-1930)**. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SETE dias. A Tarde, Salvador, 27 out 1914, p. 1.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**. São Paulo, 1991.